

ATA DA LXXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

LOCAL: Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde
Rua Esteves Júnior, 160 - 8º Andar - Centro - Florianópolis

DATA: 14/11/02

HORÁRIO: 14:00 horas

PRESENTES

Secretaria de Estado da Saúde:

Sílvia Giongo, Andréa Borb, Clécio Espezim, Heloiza Peixoto, Paulo Orsini, Dimas Espíndola, Daisy Kretzer da Silva, Sílvia Flôres.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Edson José Adriano (Blumenau), Eroni Coelho (Içara), Carla Roberta Ludka (Bela Vista do Toldo), Tânia Eberhardt (Joinville), Hélio Livino da Silva (Rio do Sul), Marli Agostini (Maravilha), Marlene M. Possan Foschiera (Chapecó), Aline Mainardi (Schroeder), Silvano de Pariz (Quilombo).

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A LXXXIII Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14h 20 min. sob a coordenação de Sílvia Giongo, com a presença dos membros acima descritos.

DOCUMENTOS RECEBIDOS

- Ofício 1315/02, da Diretoria de Planejamento e Coordenação, convidando para Seminário Experiências de Escolas de Saúde Pública das Secretarias de Estado;
- Justificativa de ausência de Selma Loch, da Gerência de Planejamento em Saúde;
- Requerimento da SMS de Cocal do Sul, referente à transferência de teto financeiro de Criciúma para Cocal do Sul;
- Ofício 429/02, da Coordenadoria de Saúde Pública, com informes a respeito de recursos para combate à dengue.
- Ofício 378/02, da SMS de Jaraguá do Sul, recomendando o credenciamento do Hospital e Maternidade Jaraguá, em Unidade de Cuidados Intermediários

APROVAÇÃO DA ATA

Aprovada sem ressalvas a Ata de 27/09/02.

ITEM I – RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS REFORSUS

O Gerente Mário informou que em Santa Catarina foram detectados casos de equipamentos do REFORSUS que não se encontram em funcionamento ou estão com produção abaixo do previsto.

Segundo Mário, há três municípios em situação crítica quanto ao não uso de equipamentos, alguns adquiridos há dois anos, correndo risco, inclusive, de perda de garantia: Apiúna, Taió e Abdon Batista. Desta forma, disse que a proposta é realocar esses equipamentos em outros municípios, obedecendo-se aos critérios de proximidade entre os mesmos e a capacidade do município que receber o equipamento, em colocá-lo em imediato funcionamento, bem como a possibilidade de atender a demanda do município cedente. Ressaltou que há acordo entre os municípios que estão cedendo e os que estão recebendo. Posto isso, foram aprovadas as seguintes realocações: 1) berço de recém-nascido (3), contador de células, balança pediátrica, carro de curativo(2), mesa de parto com acessórios, mesa ginecológica, estufa, carro para roupa molhada, cama pediátrica, afastador e caixa instrumental para parto, de Apiúna para Ibirama/Hospital Miguel Couto; 2) raio x 500 Ma, de Taió para Ibirama/Hospital Miguel Couto; 3) foco cirúrgico, estojo de cesariana para emergência, mesa cirúrgica com acessórios, jogo de cureta de 1 a 6, aparelho de anestesia com acessórios e cricautério, de Abdon Batista para Campos Novos/Hospital José Athanásio.

ITEM II – SITUAÇÃO PLENA DE RIO DO SUL/HABILITAÇÕES NOAS

- Rio do Sul: O Cosems propôs revogar a deliberação de desabilitação do município Rio do Sul da Gestão Plena do Sistema Municipal, o que foi aprovado pela Mesa..

- Habilitações NOAS: Ratificada a aprovação de habilitação dos seguintes municípios, pela Norma Operacional de Assistência à Saúde/NOAS-SUS 01/02, na condição de Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada: Lontras, Tubarão, Palmitos, Ibirama, Novo Horizonte, Princesa, Flor do Sertão, Iomerê, Santa Helena, São João do Oeste, Ponte Alta do Norte, Bandeirante, Araranguá, Belmonte, São José do Cedro, Riqueza, Mondai, Atalanta, Barra Bonita, Descanso, Iporã do Oeste, Paraíso, Guaraciaba, Tunápolis e Entre Rios.

ITEM III – INFORME TRANSFERÊNCIA DE TETO RIO DO SUL -POUSO REDONDO

A Gerente Daisy expôs a manifestação escrita dos gestores de Rio do Sul e Pouso Redondo de remanejar entre si recursos financeiros para atender exames laboratoriais e exames radiológicos. Aprovado o remanejamento de R\$ 1.592,00 (exames laboratoriais) e R\$ 798,00 (exames radiológicos) de Rio do Sul para Pouso Redondo, a partir da competência outubro.

ITEM IV – CREDENCIAMENTO DE ALTA COMPLEXIDADE – UTI ADULTO XANXERÊ E GASTROPLASTIA DE LAGES

Gastroplastia Lages - Aprovado o credenciamento do Hospital e Maternidade Tereza Ramos em Cirurgia Bariátrica/Gastroplastia, com recursos financeiros extra-teto. Definido como área de abrangência o Estado de Santa Catarina.

UTI Adulto Xanxerê: Apesar de não haver recurso novo do Ministério da Saúde, a Gerente de Alta Complexidade Andréa Borb ressaltou a necessidade de aprovação técnica desse credenciamento, argumentando que a Região não tem nenhuma UTI tipo II credenciada.

A Secretária Tânia (Joinville) disse que o Cosems deliberou em sua reunião prévia por aguardar maiores informações, sobretudo quanto aos recursos financeiros e sobre os demais serviços previstos para o Extremo-Oeste. Foi acordado pela Mesa que, caso haja recursos novos do Ministério da Saúde, aprova-se na próxima sessão da CIB.

ITEM V – FARMÁCIA BÁSICA 2003

Retirado de pauta, devendo constar como item de pauta da próxima sessão, ocasião em que deverá ser informado acerca dos repasses atrasados.

ITEM VI – PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO HIV, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA INFECÇÕES E DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E DA AQUISIÇÃO DE PRESERVATIVOS MASCULINOS

A Gerente Sílvia Manzarra apresentou relatório do quadro de DST/AIDS no Estado, e a intenção de descentralizar para os municípios de Santa Catarina a aquisição de medicamentos para doenças sexualmente transmissíveis, medicamentos para infecções oportunistas da AIDS, diagnóstico do HIV elisa I e II e pactuar o percentual de compra de preservativos masculinos.

O Coordenador Cib/Cosems, Edson Adriano, perguntou qual seria o prazo máximo para acordar a proposta apresentada.

A Gerente Sílvia informou que se tem um prazo de 60 dias a partir da publicação da Portaria, o que ainda não aconteceu, segundo ela. Ressaltou que, apesar da não publicação, é da máxima urgência a apreciação da proposta para agilizar a habilitação tanto do Estado quanto dos Municípios.

O Coordenador Cib/Cosems, solicitou a retirada do item da pauta, tendo em vista a possibilidade de prazo, o que foi acordado. A discussão do assunto ficou postergada para a próxima reunião da CIB, devendo voltar à Câmara Técnica Ses/Cosems para aprofundar as discussões.

ITEM VII – INFORMES PORTARIAS MINISTERIAIS – TETO FINANCEIRO DO ESTADO

A Gerente Daisy informou a respeito de quatro portarias editadas recentemente pelo Ministério da Saúde. A Portaria 2035, que altera alguns procedimentos do grupo 10 – Odontologia; do grupo 13 – rádiodiagnóstico; do grupo 14 – ultra-sonografia; do grupo 32 – medicina nuclear; do grupo 38 – procedimentos estratégicos, com validade a partir da competência novembro. A Portaria 2036, segundo ela, alterou os valores de alguns procedimentos do grupo órteses e próteses, em face da variação cambial, também competência novembro. A Portaria 2037 diz respeito somente aos municípios em Plena, no caso de Santa Catarina, correspondeu a R\$

100.425,00/mês referentes aos grupos já citados, segundo a gerente. E a Portaria 2038, por conta das três portarias supracitadas, alterou o teto financeiro de assistência do Estado. Assim, o teto Santa Catarina, para assistência ambulatorial, de média e alta complexidade ficou em R\$ 25.920.388,78. Daisy explicou que a diferença de recurso, em virtude das portarias foi de R\$ 433.321,48. Desta forma, ela apontou a existência de um saldo de R\$ 332.896,06/mês, valor este que, segundo Daisy, a CIB deverá decidir para quais municípios em Gestão Plena de Atenção Básica será destinado.

ITEM VIII – INORME ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL (ALTERAR QUADRO APROVADO EM AGOSTO)

A Gerente Daisy apresentou documento de retificação do Quadro 2, do item IV, aprovado na reunião da CIB de 23/08/02, referente à alocação dos recursos de alta complexidade ambulatorial, com as informações das correções procedidas após aquela data (anexo). O Coordenador Cib/Cosems, Edson Adriano, solicitou que fosse realizado um estudo para que se possa analisar o impacto dessas alterações.

ITEM IX – PACUTAÇÃO DE RECURSOS EXTRA-TETO PPI – ECD – PREVENÇÃO E COMBATE À DENGUE

O Coordenador de Saúde Pública, Guilherme Farias Cunha, comentou a Portaria 1349, de julho de 2002, na qual o Ministério da Saúde apresenta um reforço para as ações de combate à dengue em todo Brasil. Salientou que o recurso é extra-teto para cada estado. Explicou que o artigo 2º reza que os gestores estaduais e municipais responsáveis pelas ações referidas, somente poderão receber esse valor adicional, após a comprovação de que atualmente utilizam 70% dos recursos do teto financeiro na contratação de pessoal para o controle da dengue, e que todos os agentes estejam desenvolvendo atividade de campo. Informou ainda que o Ministério da Saúde acordou que faria uma alteração da Portaria para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas não o fez. Assim, a Coordenação solicitou ao Ministério, por ofício, em 11/10/02, para que Santa Catarina e Rio Grande do Sul não precisassem atender ao artigo 2º, sendo que, conforme o artigo 4º da mesma Portaria, atribui essa autoridade para o presidente da FUNASA.

O Coordenador disse que esse recurso adicional ainda não foi repassado para nenhum estado e que 20 estados já apresentaram comprovação. Guilherme disse que o recurso previsto na Portaria 1349, adicional ao teto financeiro de Santa Catarina, é de R\$ 867.779,51/ano.

Apresentou proposta com duas alternativas: a primeira seria distribuir o recurso para os 293 municípios de Santa Catarina, de acordo com os fatores populacionais. Disse que a Fundação Nacional manifestou-se, informalmente, contrária a essa proposta, uma vez que o objetivo deles é o incentivo para os municípios prioritários trabalharem melhor. Segundo Guilherme, o Estado não tem município prioritário.

A segunda alternativa seria distribuir os recursos aos municípios do litoral e de estações hidrominerais mais expostos à Dengue (grande fluxo turístico e de caminhões, além de mais domicílios por população residente), acrescidos de Dionísio Cerqueira e Itapiranga, considerados de maior infestação no Estado. Com essa proposta seriam contemplados 41 Municípios.

O Secretário de Bombinhas, Renato Rocha, questionou a distribuição dos recursos tendo em vista que a população de seu município, por exemplo, passa de 10.000 para 100.000 habitantes, no verão.

O Coordenador Guilherme argumentou que a segunda proposta, de alguma forma, prevê a questão dos municípios balneários.

Feitas as discussões, foi aprovada a instalação de uma Câmara Técnica Ses/Cosems para formular uma proposta a ser submetida à apreciação na próxima reunião da CIB. Definidos como representantes 1) Pelo Cosems: Içara, Biguaçu, Criciúma, Rio do Sul, Joinville, Bombinhas, Chapecó e Blumenau; 2) Pela SES: Guilherme Farias Cunha, Ingo Westphal, Sílvia Flores, Fernanda Paiva, Maria Ernestina Makowiek. A reunião ficou marcada para o dia 20/11/02, às 15:00h, na Sala de Reuniões da SES, com a presença de representante da FUNASA.

ASSUNTOS GERAIS

Nada mais havendo a tratar, eu, Marcelo Pinter Alves, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 14 de novembro de 2002.